

# NOTÍCIAS CNTV/

VIGILANTES



CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 29/Mai



[cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br) | (61) 3224-1658 | [www.cntv.org.br](http://www.cntv.org.br) | Edição 3202 Ano 2024



**DISTRITO FEDERAL**

## Assembleia dos Vigilantes: Decisões Cruciais Serão Homologadas nesta Quarta-feira às 14h



Nesta terça-feira (28/05), estive na assembleia dos vigilantes do Distrito Federal, em um momento crucial para a categoria.

Nossos bravos vigilantes discutiram e aprovaram reivindicações importantes que serão homologadas nesta quarta-feira, 29 de maio, no Tribunal Superior do Trabalho do DF às 14h.

As demandas incluem reajuste de 5% no salário, ticket alimentação e fundo indenizatório e de 8% no plano de saúde.

Além disso, foram colocados em pauta assuntos a respeito dos atrasos salariais em

sequência, do não pagamento de direitos e da falta de compromisso das empresas com a classe trabalhadora responsável pela segurança privada da população.

Essa luta é fruto da união dos nossos vigilantes e reafirma nosso compromisso em garantir os direitos e a valorização da categoria.

Continuaremos trabalhando, juntos, para um futuro mais justo e digno para todos.

Contem sempre com o meu apoio!

**Chico Vigilante**  
Deputado Distrital

# Falta de Estrutura: O Maior São João do Mundo Deixa Seguranças Sem Cobertura Adequada



O Maior São João do Mundo, celebrado anualmente em Campina Grande, Paraíba, é conhecido por sua grandiosidade e por atrair milhares de visitantes de todo o Brasil e do mundo. Contudo, a edição deste ano trouxe à tona uma questão preocupante: a falta de cobertura adequada para os profissionais de segurança que trabalham no evento.

Durante os festejos, diversos seguranças relataram a ausência de locais apropriados para se protegerem das intempéries, como chuva e sol intenso. A situação, além de expor esses trabalhadores a condições adversas, compromete a eficiência e a segurança geral do evento.

FONTE: SINDCG

# Atenção senhores(as) vigilantes colaboradores da empresa **PRESERVE SEGURANÇA**, para essas informações importantes

**INFORME SINDIVIGILANTE**



**ATENÇÃO VIGILANTES DA EMPRESA  
PRESERVE**

Todos os vigilantes da EMPRESA DE SEGURANÇA PRESERVE deverão entrar em contato com o SINDICATO DOS VIGILANTES DE SERGIPE através do WhatsApp (79)3022-7763 a fim de tratar do recebimento de valores oriundos de AÇÃO DE CUMPRIMENTO ajuizada pelo SINDICATO.

O jurídico do SINDIVIGILANTE SERGIPE obteve êxito em AÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE CONVENÇÃO COLETIVA, na qual a Empresa de Segurança PRESERVE foi condenada a pagar indenização aos trabalhadores, através do SINDICATO LABORAL.

**Sindicato forte, categoria protegida.  
Quem não luta por seus direitos, não são dignos deles!**



**SINDIVIGILANTE / SERGIPE**  
Rua Rio Grande do Sul, 118—Siqueira  
Campos - Aracaju/SE  
TEL: (79)3022-7763



Todos os vigilantes da referida empresa, deverão entrar em contato com o Sindivigilante Sergipe, através do whatsapp via mensagem de texto, para que assim possam receber os devidos valores conforme consta nas informações contidas na imagem em anexo.

Ao entrar em contato, o trabalhador deverá se indentificar, comprovando assim que é colaborador(a) da mesma.

O contato do nosso sindicato é: (79) 3022.7763 - mensagem de texto via whatsapp.

A conquista é maior, quando lutamos juntos!

Gestão: transparência e renovação - Diretor presidente: Regilnado Gonçalves.

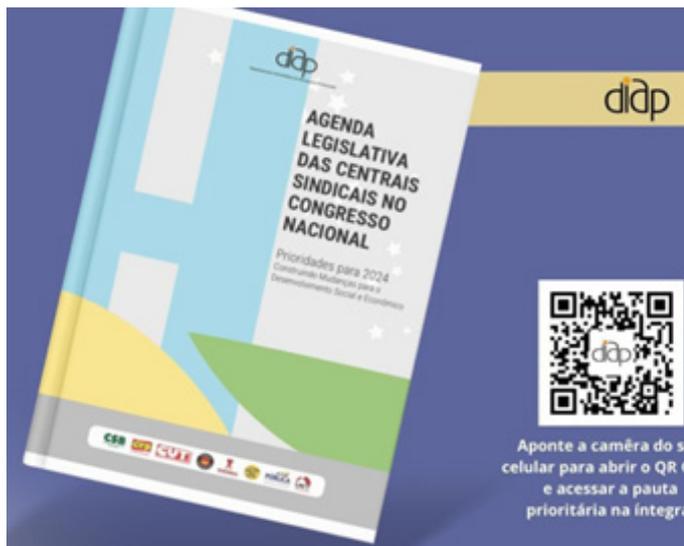
Aracaju-Se, 27 de maio de 2024

**ASCOM/SINDIVIGILANTE SERGIPE**

# Agenda Legislativa traz a pauta do Congresso de interesse do trabalhador

**A CUT, CTB, CSB, Força Sindical, Intersindical Central, NCST, Pública Central do Servidor e UGT lançam agenda com os projetos e leis que estão na pauta do Congresso que interferem nos direitos do trabalhador**

REPRODUÇÃO



Os projetos de lei e propostas sobre direitos do trabalhador e da trabalhadora que estão na pauta do Congresso Nacional e que terão impacto em toda a sociedade brasileira, foram reunidos na 3ª edição da “Agenda Legislativa das Centrais Sindicais: Prioridades para 2024 - Construindo Mudanças para o Desenvolvimento Social e Econômico”. O documento foi lançado esta semana pelas centrais sindicais CUT, CTB, CSB, Força Sindical, Intersindical Central, NCST, Pública Central do Servidor e UGT.

Elaborada pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), tem o propósito de subsidiar a atuação das entidades sindicais na construção de políticas públicas que visam mudanças no campo social, trabalhista e econômico.

A agenda traz a classificação dessas proposições e levou em consideração os seguintes critérios:

1. chance de tramitação no ano;
2. alto impacto na sociedade e trabalhadores;
3. iniciativa do governo e/ou apoiada por setores;

4. necessidade regulatória;
5. impacto fiscal – receita e despesa;
6. possui decisão no judiciário e;
7. outros critérios relevantes para a análise das propostas.

A agenda está organizada em 16 eixos temáticos que abrangem áreas como: estado e servidores; previdência social; negociação coletiva; contratos de trabalho; licença maternidade, paternidade e estabilidade da gestante; trabalho em plataforma; jornada de trabalho; idosos, deficiência e doenças graves; trabalho escravo e infantil; saúde e segurança do trabalhador; remuneração do trabalhador; emprego, demissão e seguro-desemprego; organização, estrutura e custeio sindical; convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT); cidades e municípios; e agricultura e trabalhadores rurais.

A agenda também destaca as iniciativas em discussão nos grupos de trabalho no âmbito do Poder Executivo, que podem, posteriormente, tramitar na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Dentre essas iniciativas, merecem destaque as propostas relacionadas à regulamentação da reforma tributária, à negociação coletiva tanto no setor público quanto no privado, à regulamentação do modelo de financiamento das entidades sindicais, entre outros temas passíveis de abordagem.

Para fazer o download da Agenda, no link: [https://assets.cut.org.br/system/uploads/ck/agenda\\_legislativa\\_centrais\\_sindicais\\_cn\\_2024.pdf](https://assets.cut.org.br/system/uploads/ck/agenda_legislativa_centrais_sindicais_cn_2024.pdf)

Fonte: CUT

# Ministério da Justiça divulga portaria que regulamenta o uso de câmeras corporais

**Texto oferece três opções de acionamento das câmeras: automático, remoto ou pelo próprio policial. Estados que seguirem as diretrizes receberão recursos federais como incentivo**



Ricardo Lewandowski (Foto: Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil)

O Ministério da Justiça e Segurança Pública divulga nesta terça-feira (28) uma norma que regulamenta o uso de câmeras corporais por policiais em todo o país, informa o G1. Os estados não são obrigados a seguirem as diretrizes propostas, mas aqueles que o fizerem receberão recursos do governo federal.

O texto estabelece que as câmeras poderão ser acionadas de forma automática, com gravação ininterrupta durante o turno do policial ou programada para responder determinadas ações; remota, após decisão de autoridade competente; ou pelo próprio policial, a fim de preservar sua intimidade nos períodos de intervalo. As autoridades estaduais terão autonomia para escolher qual modelo irão adotar. No entanto, deverão ser filmadas situações como atendimentos de ocorrência, atividades que demandem medidas ostensivas, buscas pessoais, ações operacionais, cumprimento de mandados, entre outros.

A decisão a respeito do acionamento das câmeras foi feita com base em estudos técnicos e consultas públicas com os próprios

policiais. Especialistas na área de segurança pública defendiam a gravação ininterrupta, enquanto parte dos agentes alegava que isso viola a sua intimidade. A alternativa encontrada pelo Ministério da Justiça foi estabelecer as situações em que as câmeras deverão estar obrigatoriamente ligadas.

Dados analisados pela pasta mostram que quando as câmeras são acionadas pelos próprios policiais, como decidiu o governo de Tarcísio de Freitas em São Paulo, as regras geralmente não são seguidas pelos agentes. O texto do governo federal não fala sobre sanções para policiais que não cumprirem as determinações, deixando as punições a cargo das autoridades estaduais.

Um dos principais argumentos defendidos por quem é contra o uso de câmeras nos uniformes policiais é o “despolicimento”, fenômeno que desestimula o trabalho do policial pelo fato de estar sendo filmado. Entretanto, as pesquisas indicam que isso não ocorre.

FONTE:247

# STJ valida depósito do FGTS na conta do empregado após acordo trabalhista

**Os pagamentos de FGTS feitos diretamente ao empregado após a Lei 9.491/1997, em decorrência de acordos trabalhistas, são plenamente válidos.**

Divulgação / CEF



**Fazenda defendia necessidade de depósito em conta vinculada ao FGTS na Caixa**

OA conclusão é da 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça, que fixou tese sob o rito dos repetitivos em julgamento na última quarta-feira (22/5). O enunciado é vinculante e precisará ser observado por juízes e tribunais.

A decisão foi unânime, conforme voto do ministro Teodoro Silva Santos, relator. Na prática, o STJ afasta a necessidade de que esses valores sejam depositados em conta vinculada na Caixa Econômica Federal, como prevê a Lei 9.491/1997.

O depósito direto na conta do empregador vem sendo admitido em acordos homologados pela Justiça do Trabalho. Isso é um problema para a Fazenda Nacional porque exclui outras verbas às quais a União teria direito.

É o caso, por exemplo, de multa pelo atraso no

recolhimento do FGTS, da correção monetária, dos juros moratórios e da contribuição social. Na tese aprovada, a 1ª Seção do STJ reconheceu o direito a essas verbas e autorizou União e Caixa a fazerem a cobrança junto aos empregadores.

## **O juiz autorizou**

Para Santos, embora o depósito do FGTS diretamente na conta do empregado não seja autorizado pela Lei 9.491/1997, é preciso reconhecer que a prática decorre de acordo homologado pela Justiça do Trabalho — ou seja, sob o crivo judicial.

O depósito na conta vinculada ao FGTS na Caixa restringiria o uso desses valores. Conforme a lei, o saque só seria possível após a aposentadoria, em função de doenças graves ou outras hipóteses específicas, como o financiamento de imóvel próprio.

## **A tese aprovada foi a seguinte:**

São eficazes os pagamentos de FGTS realizados diretamente ao empregado, após o advento da Lei 9.491/1997, em decorrência de acordo homologado na Justiça do Trabalho. Assegura-se, no entanto, a cobrança de todas as parcelas incorporáveis ao fundo, consistente em multas, correção monetária, juros moratórios e contribuição social, visto que a União Federal e a Caixa Econômica Federal não participaram da celebração do ajuste na via laboral, não sendo por ele prejudicadas (art. 506, CPC)

**FONTE: Consultor Jurídico**

# TST prorroga prazo para manifestações sobre direito de oposição ao pagamento de contribuição assistencial

**Processos sobre o tema estão com a tramitação suspensa até o julgamento**



O prazo para que pessoas, órgãos e entidades se manifestem sobre o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas em que se discute o modo, o momento e o lugar apropriado para o empregado não sindicalizado exercer seu direito de oposição ao pagamento da contribuição assistencial ao sindicato foi prorrogado em razão do reconhecimento do estado de calamidade pública em diversos municípios do Rio Grande do Sul. Com isso, o Tribunal Superior do Trabalho receberá manifestações até 11 dias úteis após o dia 31 de maio.

A medida consta de despacho do relator do processo, ministro Caputo Bastos. Em edital publicado em 24 de abril, ele havia fixado prazo de 15 dias úteis para as manifestações e os pedidos de ingresso no caso na condição de interessados (*amicus curiae*). Esse prazo se encerraria em 16/5.

Contudo, diante da decretação do estado de calamidade pública, o TST suspendeu a contagem dos prazos processuais de 2 a 31 de maio.

Considerando que o incidente tem alcance nacional, o ministro considerou prudente a suspensão do prazo inicial, a fim de não prejudicar eventuais interessados do Rio Grande do Sul. Os atos já praticados e as manifestações já apresentadas no período suspenso ficam preservados.

## **Suspensão de processos**

Em abril, o relator determinou, também, o sobrestamento dos processos que tratam da matéria, pois o Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas tem como um dos seus objetivos principais uniformizar as decisões judiciais. “Considerando que as demandas em tramitação podem apresentar soluções diversas sobre a mesma questão e gerar dubiedade no âmbito do direito coletivo do trabalho, considero imprescindível que os processos em que se discuta a forma do exercício do direito de oposição devem ser suspensos em todo o território nacional”, concluiu.

(Secom/TST)

# Ex-diretor técnico do Dieese assume presidência do Conselho Nacional do Sesi

**Transmissão de cargo ocorreu na quinta-feira (23), na sede do CN-Sesi em Brasília. Fausto Augusto Junior é reconhecido nas áreas de desenvolvimento regional, industrial, educação, sindicalismo, relações de trabalho e gestão de pessoas**



**Os 34 anos de experiência técnica e acadêmica de Fausto evidenciam sua capacidade profissional**

Fausto Augusto Junior, doutor em educação e Estudos Socioeconômicos (Dieese) para a Universidade de São Paulo (USP), deixa sua posição como diretor-técnico do Departamento Intersindical de Estatística Brasília. A transmissão de cargo ocorreu na quinta-feira (23), na sede do CN-Sesi em Brasília.

Fausto é reconhecido nas áreas de desenvolvimento regional, industrial, educação, sindicalismo, relações de trabalho e gestão de pessoas. Produziu diversos estudos que abordam estrutura social, trabalhista e socioeconômica do Brasil.

Os 34 anos de experiência técnica e acadêmica de Fausto evidenciam sua ampla capacidade profissional. Antes de ingressar no Dieese, realizou diversos trabalhos de pesquisa em educação, economia solidária e cooperativismo.

Professor da Escola Dieese de Ciências do Trabalho (EDCT) e da Fundação Instituto de Administração (FIA), é autor de diversos artigos, entre eles: “A economia solidária como resposta à crise pandêmica e fator de outro tipo de desenvolvimento”, no qual destaca a importância da economia solidária como uma resposta à crise pandêmica, com propostas para preservação e fortalecimento de empreendimentos econômicos solidários.

Integra o Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI), no Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e

Serviços (MDIC) e atuou no Fórum Nacional do Trabalho do Ministério do Trabalho.

No contexto da reindustrialização, como integrante do CNDI, considera um avanço social importante a composição paritária construída pelo Governo Federal, que inclui a representação dos trabalhadores e empresários na mesa de discussão sobre a nova política industrial.

“No caso da política industrial, o governo só tem a capacidade indutiva. Quem efetiva mesmo o processo são as empresas. Ouvir os atores da indústria nas suas necessidades, nas suas demandas, nos seus problemas é fundamental para você melhor desenhar uma política. Do ponto de vista do emprego, a indústria tem papel bastante relevante, com maioria dos empregos formais”.

A trajetória como pesquisador, docente e diretor técnico, conferem a Fausto conhecimento aprofundado nas áreas-chave de atuação do Sesi, como desenvolvimento regional e industrial, educação, dignidade laboral e relações de trabalho.

Fonte: RBA

## INFORME CNTV

A Confederação Nacional dos Vigilantes – CNTV informa que não haverá expediente nos dias 30 e 31 de maio, quinta-feira e sexta-feira, devido ao feriado de Corpus Christi.

As atividades serão retomadas no dia 03 de junho, segunda-feira.

Agradecendo a compreensão de todos, desejamos um bom feriado.

CNTV

### Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Colaboração: Jacqueline Barbosa

Diagramação: Aníbal Bispo

[www.cntv.org.br](http://www.cntv.org.br)

[cntv@terra.com.br](mailto:cntv@terra.com.br)

(61) 3321-1658

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF